

RETRATOS DA REFORMA PSIQUIÁTRICA: A TRAJETÓRIA DA SAÚDE MENTAL NO BRASIL ATRAVÉS DE SEUS ATORES (APOIO UNIP)

Alunos: Erik Negreiros de Lima e Amanda Boppré Laurindo

Orientadora: Profa. Dra. Sara Mexko

Curso: Psicologia

Campus: Assis

No Brasil, houve um longo período em que o cuidado em saúde mental esteve pautado no modelo manicomial, com as pessoas trancadas em hospitais e muitas delas sofrendo violações de direitos humanos. Somente com a luta pela Reforma Psiquiátrica brasileira (RPb) ocorreu a aprovação da Lei 10.216, de 6 de abril de 2001, a qual reformulou o modelo assistencial, que se transformou em Atenção Psicossocial. Este trabalho visa historicizar a trajetória da RPb enquanto processo social complexo, por meio do testemunho de pessoas que estiveram presentes na sua construção. Tendo em vista os diversos atores advindos das mais variadas partes do país, interessa-nos saber quais movimentos e embates de força existiram no bojo da luta pela RPb. Entendemos que conhecer tais embates pode contribuir para entendermos a mudança paradigmática e as dificuldades no avanço da Atenção Psicossocial. Para tal ensejo, nos serviremos da história oral, que consiste em um modo de pesquisar que valoriza a oralidade e o testemunho. Esse método possibilita que as pessoas transmitam as histórias em suas próprias palavras, pois considera que os documentos acadêmicos não são os únicos válidos para a construção de transformações sociais. Os dados revelam que essa mobilização coletiva possibilitou a construção de um novo paradigma de cuidado, com significativa expansão dos serviços comunitários. Contudo, a pesquisa também identifica desafios persistentes, como a precarização das relações de trabalho no setor e a alocação insuficiente de recursos públicos, que comprometem a qualidade da assistência. Destaca-se a importância da manutenção dos espaços institucionais de participação social, especialmente as Conferências de Saúde, como herança

**XXVII Encontro de Iniciação Científica e
Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação**

direta desse processo de luta. Esses mecanismos demostram-se essenciais para monitorar a implementação das políticas públicas e garantir a efetivação dos princípios reformistas. Conclui-se que a consolidação da RPB continua dependente da mobilização social organizada e do compromisso do Estado com a saúde como direito fundamental. A transformação do modelo de atenção requer não apenas avanços técnicos, mas principalmente o fortalecimento da democracia participativa no campo da saúde mental.